

NOTA DE REPÚDIO

O SINFAGRO-AM DENUNCIA O COLAPSO PLANEJADO DA DEFESA AGROPECUÁRIA DO AMAZONAS

O Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (SINFAGRO-AM), representado por seu Presidente, **Michael da Silva Santos**, vem a público manifestar seu mais veemente **REPÚDIO** ao conjunto de medidas que asfixiam a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal (ADAF), culminando no recente **Memorando Circular nº 001/2026-GOF/ADAF**, de 17 de março de 2026.

1. A Fiscalização Imobilizada pelo Memorando 001/2026

O referido documento, ao fundamentar-se no Decreto de Contenção de Gastos para **limitar a concessão de diárias, passagens e horas extras**, decreta, na prática, o fim da fiscalização móvel no Amazonas. A defesa agropecuária não se faz atrás de mesas em Manaus; ela ocorre nos currais, nas plantações e nas calhas dos rios. Sem diárias e passagens, o Estado retira o fiscal do campo e deixa as fronteiras sanitárias abertas a pragas e doenças.

2. A Ilusão da Revogação de Taxas

A revogação da Lei de Taxas da ADAF (Lei nº 6.173/2022) retirou a autonomia financeira da Agência sob o pretexto de ajudar o produtor. No entanto, o que vemos hoje é o reverso da moeda: sem recursos própria, e agora impedida pelo Governo de utilizar recursos ordinários para o custeio básico de operações (conforme o Memorando 001/2026), a ADAF perde sua razão de existir. **O "alívio" no bolso do produtor se transformará em prejuízo bilionário quando o status sanitário do Amazonas for rebaixado por falta de vigilância.**

3. O Ataque à Valorização do Servidor

O Memorando Circular vai além e ataca a dignidade da categoria ao proibir qualquer ato que resulte em aumento de despesa com pessoal ou alteração de gratificações. Enquanto as exigências técnicas sobre os fiscais aumentam, o Governo impõe um congelamento que ignora a inflação e a responsabilidade técnica da carreira, desestimulando aqueles que garantem a segurança alimentar da população.

4. O Alerta do SINFAGRO-AM

O SINFAGRO-AM alerta a sociedade e o setor produtivo: **estamos diante de um colapso sanitário programado**. Sem horas extras e diárias, as barreiras sanitárias e os matadouros ficarão sem fiscalização adequada, abrindo margem para o consumo de produtos clandestinos e o risco de zoonoses.

Exigimos a imediata revisão das restrições impostas pelo Memorando 001/2026 e a garantia de que a defesa agropecuária seja tratada como **serviço essencial**, não sujeita aos cortes lineares que ignoram a realidade geográfica e econômica do nosso estado.

Manaus/AM, 19 de março de 2026.

Diretoria do SINFAGRO/AM

Michael da Silva Santos

Presidente do SINFAGRO